

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DO IDEB NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS E SEUS INDICADORES DE FLUXO E PROFICIÊNCIA ENTRE 2007 E 2019

Robson Vila Nova Lopes*

RESUMO

Este artigo analisa as variações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) referente ao período de 2007 a 2019 na rede estadual de ensino do Tocantins e busca identificar hipóteses, correlacionando os resultados com a literatura existente e as políticas educacionais adotadas. Os principais dados apresentados e discutidos neste texto são indicadores produzidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que tem sido um importante instrumento à disposição do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação em todo o Brasil e, enfim, de toda a sociedade. A metodologia aplicada é a análise qualitativa dos dados oficiais do INEP e seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. O foco do estudo não é explicitar opinião sobre os dados, e/ou, traçar de forma determinante análises do Ideb e seus impactos na melhoria da educação, mas, apresentar os resultados do Ideb realizando um cruzamento de dados com as principais políticas públicas que tenham influenciado positivamente os resultados obtidos no decorrer do período. A tendência apontada pelo indicador Ideb pode ser percebida em gráficos, dados estatísticos, tabelas comparativas, que retratam a evolução do índice e de indicadores de desempenho dos estudantes da Rede Estadual de Ensino do Tocantins. Os resultados expostos apontam uma tendência de crescimento no Ideb para rede estadual, sendo que nos anos iniciais do ensino fundamental tem superado a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação - PNE e Plano Estadual de Educação - PEE.

Palavras-chave: Indicadores Educacionais. Qualidade da Educação Básica. Políticas Públicas e Gestão da Educação. Sistemas Educacionais. Tocantins.

ABSTRACT

This article analyzes the Ideb variations for the period from 2007 to 2019 in the Tocantins state school system and seeks to identify hypotheses, correlating the results with the existing literature and the educational policies adopted. The main data presented and discussed in this text are indicators produced by the National Basic Education Assessment System (Saeb), which has been an important instrument available to the Ministry of Education, the State and Municipal Education Departments throughout Brazil and, finally, of the whole society.

* Mestre (2017) e Doutorando (2021) em Educação pela Universidade de Brasília - UnB. Pedagogo (2008) e Especialista em Gestão da Educação Municipal (2015) pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. É professor da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, atualmente Preside o Conselho Estadual de Educação do Tocantins – CEE/TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5420379524388907>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5553-1237>. E-mail: robson@educ.to.gov.br

Through them it is possible to know and analyze its main variables that impact the indicator. The applied methodology is the quantitative analysis of officers and its focus is on the subjective character of the analyzed object, since, the object of the study is not to express an opinion on the data, and or, to outline in a determinant way Ideb analyzes and their impacts on improvement education, but present a cross of data with potential public policies that has had a positive influence, with a view to making explicit the results obtained during the period. The trend pointed out by the Ideb indicator can be seen in graphs, statistical data, comparative tables, which depict the evolution of the index and performance indicators of students in the state education network of Tocantins. The results shown point to a trend of growth in the IDEB index for the state network, and in the early years of elementary school, it has exceeded the goal established by the National Education Plan - PNE and State Education Plan - PEE.

Keywords: Educational Indicators. Quality of Basic Education. Public Policies and Education Management. Educational Systems. Tocantins.

Submetido em 23/03/2021. Aprovado em 23/03/2021.

Pode ser informado o endereço eletrônico, DOI, suportes e outras informações relativas ao acesso do documento.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação externa, também chamada de avaliação em larga escala, adquiriu grande importância no cenário educacional brasileiro a partir de 1990 e a cada ano vem se destacando como um dos principais indicadores de qualidade da educação. Governos de todas as esferas passaram a utilizar mais seus resultados e acrescer a aplicação de recursos nesse modelo de avaliação, com o objetivo de melhorar os investimentos e obter melhores resultados de rendimento escolar.

As avaliações externas buscam assegurar a qualidade da Educação, fortalecendo o direito à educação a todos os estudantes. Os resultados permitem o diagnóstico, o monitoramento do sistema educacional, e também, podem subsidiar o trabalho dos profissionais da educação, tornando-se mais uma ferramenta para o acompanhamento e melhoria do processo ensino-aprendizagem, uma vez que são aplicadas de modo a mensurar o conhecimento dos estudantes, estabelecendo uma comparação com o desempenho esperado.

A avaliação externa é um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares, visto que fornece subsídios para a tomada de decisões destinadas às melhorias no sistema de ensino e nas escolas. Também permite acompanhar o desenvolvimento das redes e sistemas de

ensino, ao longo das diferentes edições dos testes em larga escala, mediante a comparação dos resultados.

Para Locco (2005, p. 23) a avaliação educacional se constitui em estratégia político-social de grande impacto nas sociedades contemporâneas, pois possibilita conhecer e compreender as relações entre educação/escola e sociedade, as políticas de educação em seus diversos níveis e projetos dos quais faz parte, desvelar as relações entre estado, educação, escola e projeto de sociedade, interpretar o cotidiano escolar, a partir de uma análise crítica de suas práticas pedagógicas e dos resultados de aprendizagem, em síntese, das múltiplas relações culturais, sociais e históricas que constituem a educação. Com isso, é necessário entender que para avaliar é preciso medir e atribuir valor a uma medida.

Segundo Albertazzi Jr e Sousa (2018), as medições são realizadas com três propósitos, sendo que podem ser utilizadas de forma interdependente ou concomitante para monitorar, controlar e investigar. Assim, medir é atividade fundamental para tomarmos uma decisão.

A primeira iniciativa brasileira de avaliação em larga escala foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que se desenvolveu a partir de 1990, e foi estruturado no sentido de produzir informações sobre o desempenho da educação básica em todo o país, abrangendo as diferentes realidades dos sistemas estaduais e municipais de ensino.

O Saeb procura aferir a proficiência do aluno entendida como um conjunto de competências e habilidades evidenciadas pelo rendimento apresentado nas disciplinas avaliadas, abrangendo os ciclos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio. Os principais objetivos do Saeb são monitorar a qualidade, a equidade e a efetividade do sistema de educação básica, oferecer às administrações públicas de educação informações técnicas e gerenciais que lhes permitam formular e avaliar programas de melhoria da qualidade de ensino, proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara e concreta dos resultados dos processos de ensino e das condições em que são desenvolvidos e obtidos e verificar o desempenho dos estudantes, mediante aplicação de testes de rendimento, investigando ainda fatores socioeconômicos e contextuais que interferem na aprendizagem.

Os indicadores de qualidade da avaliação em larga escala têm sido elementos recorrentes em políticas públicas educacionais que objetivam demonstrar melhoria da qualidade dos sistemas educacionais, apontados como fator de desenvolvimento de países que buscam se inserir e se manter no contexto de globalização econômica. São considerados instrumentos utilizados pelos gestores da política educacional brasileira, para que se alcance a melhoria da qualidade da educação, sendo atualmente o principal índice que afere a qualidade

do ensino nas escolas, base para tomadas de decisão nos rumos da educação. Com os resultados das avaliações em larga escala, é possível construir indicadores nacionais, como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A criação do Ideb representa uma iniciativa precursora no Brasil, por possibilitar o monitoramento do sistema de ensino do País. Sua importância, em termos de diagnóstico e norteamento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, está em detectar escolas e/ou redes de ensino cujos estudantes apresentem baixo desempenho em termos de rendimento e proficiência e, sobretudo monitorar a evolução e performance dos estudantes das escolas e/ou redes de ensino. O Ideb é um indicador de qualidade educacional que é calculado e divulgado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino fundamental e médio, com informações sobre o rendimento escolar como a aprovação dos estudantes na escola.

Por isso, de acordo com Souza (2005), os indicadores têm um papel de destaque nas sociedades modernas por facilitarem a divulgação do comportamento dos diversos setores e permitirem a análise, muitas vezes comparativa, da sua evolução. Na esfera da educação, a produção de estatísticas e indicadores no Brasil foi significativamente ampliada, permitindo diagnósticos que retratam a realidade da educação no Brasil, assim faz-se necessário pensar em políticas públicas eficientes, que possam contribuir com a qualidade da educação e sua melhoria.

O Estado do Tocantins, mais novo da federação, possui uma extensão territorial de 277.720,520 km e está localizado na região Norte do Brasil. Sua economia está concentrada no agronegócio e comércio, sendo o maior produtor de soja da sua região. Possui população estimada de 1.590.248 de habitantes (IBGE 2019), com índice de desenvolvimento humano (IDH) 0,699 (IBGE 2010) e 139 (cento e trinta e nove) municípios. O estado conta, em 2019, segundo Censo Escolar da Educação Básica (2019), com 1.608 escolas de educação básica, sendo que deste total, 493 (quatrocentos e noventa e três) são escolas públicas na rede estadual de ensino.

Em uma breve análise do Ideb da rede estadual de ensino no Tocantins, percebemos que o indicador apresenta uma trajetória ascendente nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, com uma evolução significativa e crescente no período de 2007 a 2011. Os resultados alcançados no período foram superados, e se encontram acima das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Nos anos finais do ensino fundamental,

o resultado foi de 3,1 em 2007 e 3,5 em 2011, entretanto, no período de 2013 a 2019, apesar da evolução as metas para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio, não foram alcançadas.

Considerando a relevância da temática e a necessidade de aprofundar e conhecer melhor o desempenho da educação básica no Tocantins, este artigo tem como objetivo analisar as variações do Ideb do ano 2007 a 2019, na rede estadual de ensino do Tocantins e identificar hipóteses, buscando correlacionar os resultados com a literatura existente e políticas educacionais adotadas pelo Estado. Diante disso, esta pesquisa formulará hipóteses sobre os resultados do Ideb, a melhoria da qualidade da educação, políticas educacionais e ações adotadas pelo Estado no período estudado.

A justificativa para o aprofundamento deste estudo visa contribuir para melhor definição de políticas públicas para o regime de colaboração entre estado e municípios, com vista à adoção de políticas públicas e de gestão educacional abrangente e, sobretudo apoiar e auxiliar gestores de escolas na compreensão dos resultados do Ideb e no aprimoramento qualitativo da educação no Tocantins.

Nesse contexto, o presente estudo optou-se pela pesquisa qualitativa, cuja metodologia é de caráter exploratório, menos estruturado e seu foco está na condição subjetiva do objeto analisado. A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objeto e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 2000, p. 79).

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Ao discutir as características da pesquisa qualitativa, Creswel (2007, p. 186) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Além disso, o autor destaca que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar

um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Godoy (2005) destaca alguns pontos fundamentais para se ter uma "boa" pesquisa qualitativa, tais como: credibilidade, no sentido de validade interna, ou seja, apresentar resultados dignos de confiança, transferibilidade, não se tratando de generalização, mas no sentido de realizar uma descrição densa do fenômeno que permita ao leitor imaginar o estudo em outro contexto, confiança em relação ao processo desenvolvido pelo pesquisador, confirmabilidade (ou confiabilidade) dos resultados, que envolve avaliar se os resultados estão coerentes com os dados coletados.

Outra questão importante sobre a pesquisa qualitativa é a tratada por Bogdan (1982), Trivinos, 1987, p. 128-130) em que se destaca o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave, é descritiva; os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, logo, tendem a analisar seus dados indutivamente e finalizando, o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

O presente estudo baseia-se nos dados disponibilizados sobre o Ideb pelo Inep, referente aos anos de 2007 a 2019, bem como, a comparação com os indicadores de fluxo e desempenho. Para melhor detalhamento e análise o trabalho será aprofundado apenas na rede estadual de ensino e abrangerá as 6 (seis) últimas edições da avaliação do Saeb aplicadas no Estado do Tocantins.

A análise atua na perspectiva de não se denominar os resultados como bons ou ruins, mas sim, compará-los em relação ao conjunto de informações obtidas, desenvolvendo assim, a base central da discussão.

Para essa análise, tomamos como base também alguns importantes estudos e pesquisas realizados sobre o tema, que discutem entre outros aspectos os indicadores do Ideb. Foi possível observar que o índice de reprovação, tenha influenciado o não alcance da meta, entretanto, o artigo irá destacar de forma mais aprofundada, as variáveis estão impactando a média do Ideb na rede estadual de ensino no Tocantins e as principais políticas educacionais adotadas.

Este texto está dividido em quatro seções. A primeira apresenta o Ideb e sua importância na formulação das políticas educacionais no Brasil, visando à qualidade da educação e explicita detalhes de sua metodologia, seus instrumentos e relevância.

A segunda apresenta a panorama geral da rede estadual de ensino no Tocantins, contextualizando as informações da rede de ensino, e conjugando-as com indicadores

importantes como fluxo escolar, proficiência dos estudantes e sobretudo, um estudo detalhado do Ideb na rede estadual de ensino no Tocantins do período de 2007 a 2019.

A terceira apresenta as variáveis de influência, considerando os pontos identificados na literatura, que podem ter impactado o resultado do Ideb no Tocantins e na qualidade do ensino.

A quarta seção apresenta as principais políticas educacionais adotadas pelo Estado visando o crescimento e melhoria da qualidade da educação e o melhor desempenho do estudante.

E, por fim, as considerações finais apresenta o posicionamento sobre o resultado do Ideb e as potenciais políticas públicas que tenham influenciado positivamente, com vista a explicitar os resultados obtidos no decorrer do período, com ênfase na melhoria da qualidade de ensino.

2. DESENVOLVIMENTO

Partindo do princípio de que a palavra indicador significa “aquilo que indica, que dá a conhecer”, e sobretudo exprime a busca de conhecer mais de perto os dados que permitirão compreender o funcionamento da educação, para entender o que precisa melhorar, quais os objetivos e metas a serem atingidos, com eficiência, eficácia e efetividade, o IDEB passa ser um importante instrumento, pois o seu resultado possibilita aos gestores educacionais a implementação de políticas públicas eficazes, e, ainda, apresenta a escola um cenário real dos resultados do desempenho de seus estudantes.

Para melhor compreensão dos resultados da rede de ensino abordada, esta seção tem o objetivo de apresentar informações sobre panorama e cenário da rede básica de ensino, bem como, analisar o fluxo escolar e proficiência dos estudantes, com vista a compreender se as estratégias e ações desenvolvidas tem efeito positivo para o Ideb na rede estadual, à luz dos dados disponibilizados pelo INEP e amparados pelas contribuições teóricas estudadas.

2.1 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e Qualidade da Educação: Notas Iniciais

A qualidade da educação básica parece ter entrado na agenda formal das políticas públicas educacionais. De acordo com Dourado (2007), pode-se afirmar que a qualidade da

educação é algo complexo, múltiplo e diverso, e cabe a cada país estabelecer diretrizes e bases, a fim de buscar tal qualidade. De acordo com o autor, a busca pela qualidade da educação vem ocupando espaço nas agendas das políticas públicas da educação e dos pesquisadores das áreas. A qualidade da educação deve ser vista como algo polissêmico, ou seja, traz consigo vários discursos significativos (DOURADO, 2007). O mesmo autor afirma que, de acordo com a cúpula das américas, existem múltiplas maneiras de qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania (DOURADO, 2007, p.3).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e desempenho nas avaliações externas. Funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias.

Sobre as metas do Ideb, o portal do Inep (2011) afirma que [...] são diferenciadas para cada rede e escola. As metas são diferenciadas para todos e são apresentadas bianualmente de 2007 a 2021. Estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

De acordo com Castro (2009), funciona como meio de monitoramento das políticas gerais de desenvolvimento educacional, pois, com base nos resultados das informações coletadas por ele, o Ministério da Educação (MEC), e secretarias estaduais e municipais de Educação têm o papel de definir metas para correção de distorções para resultar em crescimento das oportunidades educacionais, eficiência e qualidade do sistema educacional brasileiro, em seus diferentes níveis.

Segundo (BRASIL, 2011), o Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus estudantes para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o

sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Entretanto, o ex-presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, em cuja gestão se introduziu o Ideb, afirma que este indicador possui a vantagem de ser de fácil compreensão, simples de calcular, aplicável às escolas e explícito em relação à ‘taxa de troca’ entre probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes. Ou seja, o indicador torna claro o quanto se está disposto a perder na pontuação média do teste padronizado para se obter determinado aumento na taxa média de aprovação. (FERNANDES, 2007, p. 8).

Contudo, no campo das políticas educacionais, o Ideb tornou-se um influente balizador da gestão da política educacional nacional, tanto que a meta de nº 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 estabelece:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (BRASIL, 2015, p.10).

Dada a relevância do Ideb no cenário da educação brasileira, a academia passou a avaliar, desenvolvendo vários estudos que o abordam sobre distintos aspectos, entre eles a influência das condições no indicador. Para Lima e Rodrigues (2008), que têm produzido estudos para analisar a influência das condições e das estruturas educacionais e econômicas na qualidade do ensino nas redes públicas de ensino, pode-se inferir que para o indicador, as taxas altas de reprovação jogam o Ideb para baixo, portanto, não basta ter estudantes com notas altas nas provas de avaliação externa, se o custo disso for à reprovação sistemática, restando a conclusão da educação básica por uma parcela significativa de estudantes. Muito menos é interessante a aprovação dos estudantes sem a devida aprendizagem para elevar as taxas de fluxo. Caso isto aconteça, “o Ideb certamente não aumentará de forma sustentável no longo prazo, porque os estudantes aprovados sem as condições próprias tirarão notas baixas nos exames” (AMORIM; ANDRADE; TENÓRIO, 2010, p. 213).

Diante do levantamento bibliográfico realizado, os estudos sugerem que há uma considerável combinação de elementos (variáveis) com distintas descrições para cada contexto e momento. É possível verificar que os fatores associados às características pessoais e familiares dos estudantes, as estruturas macro econômicas e sociais até aquelas que se podem identificar com as estruturas de oferta do serviço público, presentes nas localidades do desenvolvimento das atividades da educação fundamental, estão entre as mais indicadas pela literatura com influenciadores dos resultados educacionais. Estes últimos caracterizam as

condições da efetiva produção da política pública em um território (MORAES, 2018), resultados das escolhas públicas realizadas pelos atores políticos responsáveis pela gestão dos serviços públicos nas localidades (SECHI, 2016).

Dessa maneira, Crozatti (2013, p. 108) analisou a evolução e a correlação entre os gastos médios por aluno, por professor e escola no ensino fundamental de 1999 a 2009 e o Ideb de 2005 a 2009 dos municípios brasileiros e considerou testar a hipótese de que municípios que têm maiores gastos médios têm também melhores desempenhos neste indicador. Concluiu que “as correlações entre a média do gasto por aluno, professor e escola e o Ideb mostram-se de fraca a média intensidade na maioria das categorias dos municípios.”

Outro aspecto que merece atenção na perspectiva de Gomes, Bresciani e Amorim (2016), segundo pesquisa realizada em três municípios paulistas Americana, Cajuru e São Caetano do Sul, a partir de indicadores econômicos conjugando-os com os resultados educacionais concluiu que “[...] índices de riqueza e de desenvolvimento não estão diretamente correlacionados ao desempenho da educação pública local, assim como, a escola de tempo integral não é por si só representante de melhor qualidade de ensino (GOMES *et al*, 2016, p. 36), qualidade esta mensurada pelo Ideb do município.

O trabalho de Martinez e Reis (2016) teve como objetivo “identificar se há uma associação positiva entre o Ideb e as receitas provenientes de *royalties* de petróleo transferidas pelo Governo Federal para os municípios” do Estado do Espírito Santo. Por terem encontrado avaliação positiva significativa entre a nota do Ideb dos municípios estudados e os repasses recebidos como receitas de *royalties* do petróleo e gás concluem que “o crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais e finais nos municípios do Espírito Santo está relacionado com as receitas de transferências de *royalties* do petróleo e gás natural” (MARTINEZ e REIS, 2016, 523).

Com efeito, Souza *et al* (2016) avaliaram a “eficiência e a eficácia na utilização de recursos públicos aplicados no ensino fundamental dos municípios Capixabas” utilizando o Ideb como referência da qualidade das redes municipais do ensino fundamental do Espírito Santo, constataram que segundo as análises, 16 municípios, dentre os 78, atingiram o nível máximo de eficiência e os municípios com melhores IDHM Educação atingiram as metas previstas para o Ideb no período.

Como pode ser observado, Lourenço *et al* (2016) avaliou se a distinção de nota do Ideb entre os municípios brasileiros pode ser consequência de aspectos sociais, econômicos financeiros e de controle social, além dos pedagógicos e estruturais. Após avaliação dos resultados os autores concluíram que:

aspectos sociais e pedagógicos são determinantes para a probabilidade de obtenção de notas regulares ou boas notas no Ideb 2013; e que municípios pertencentes a Estados com maior concentração de riqueza, com menor acesso ao conhecimento e baixa expectativa de vida têm um incremento relevante na probabilidade de obtenção de notas ruins no IDEB. A pesquisa contribui com evidências de que fatores contextuais, contingenciais e locais, inclusive aqueles relacionados às condições familiares e habitacionais, exercem maior impacto sobre o desempenho escolar do que fatores relacionados aos gastos públicos com educação básica. (LOURENÇO *et al*, 2016, 28-9).

O autor complementa sua análise ao afirmar que a Nova Gestão Pública (NGP) Gerencial não foi capaz de promover qualidade educacional sobre as desigualdades regionais, concentração de renda e estruturas familiares existentes nas localidades municipais. Por fim, consideram que:

[...] mais do que a preocupação sobre os melhores resultados na gestão, como preconiza a visão gerencialista do NGP, o foco das políticas públicas no Brasil deveria se deslocar para um posicionamento sobre como mitigar as diferenças regionais de maneira prática” (LOURENÇO *et al*, 2016, 40).

Por fim, Schuster e Zonato (2017) avaliaram o nível de eficiência no uso dos recursos da educação fundamental nos 260 maiores municípios brasileiros, amostra composta pelos dez maiores municípios em população de cada estado e concluíram que:

Apenas 13 municípios (5,04% da amostra) alcançaram eficiência máxima de 100%. Os demais (72,87% da amostra) apresentaram um moderado e forte grau de ineficiência. No entanto, 5,03% (19 municípios) beiravam a fronteira de eficiência. Nesse sentido, verificou-se a existência de peculiaridades no serviço disponibilizado para uma significativa parcela da população. (SCHUSTER e ZONATTO, 2017, p.27).

Com base no contexto apresentado acima pelos autores, os estudos publicados que utilizam o Ideb como indicador da qualidade da educação no Brasil, apontam que podem influenciar o desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, o IDH dimensão renda, pois tem se observado que as famílias mais providas de recursos econômicos têm melhores condições de acesso a escolas e com isso seus filhos têm melhores desempenho no Ideb ou seja, a melhora da renda da população é um fator de influência positiva no desempenho do Ideb.

Outra variável de influência significativa do Ideb é a Taxa de Distorção Idade Série. Este indicador foi criado e disseminado pelo Inep a partir do ano de 2015 como forma de publicizar as condições de ensino das redes de educação, indica a proporção de estudantes que estão matriculados em séries que não seriam as adequadas, caso não houvesse problemas na progressão dos estudantes conforme sua idade.

Nessa direção e de forma preliminar, com base na análise dos indicadores do Ideb no Tocantins, no período de 2007 a 2019, nota-se que o índice de reprovação e abandono, principal aspecto da distorção idade série, pode influenciar o não alcance da meta, entretanto o artigo irá destacar de forma mais detalhada, as variáveis estão impactando a média do Ideb na rede estadual de ensino do Tocantins.

Na próxima seção, vamos apresentar a visão geral da rede estadual de ensino no Tocantins, demonstrando os dados de matrículas da educação básica, perfil dos docentes e gestores escolares e infraestrutura de forma ampla e ainda explorar os resultados do Ideb no período de 2007 a 2019.

2.2 Panorama da Educação Básica no Tocantins: estratificando o Resumo Técnico do Censo Escolar 2019

Esta seção tem como objetivo apresentar a visão geral da rede de ensino do Tocantins, apresentando os indicadores de matrículas na educação básica, perfil dos docentes e gestores escolares e infraestrutura, entre outros.

Segundo informações do Resumo Técnico do Censo Escolar 2019 publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), o Tocantins contou, em 2019, com 3.166 escolas. Desse total, a rede Municipal é responsável por 57,6% das escolas, seguida da rede estadual 30,8%. As etapas de ensino com maior número de escolas ofertantes são anos iniciais do ensino fundamental e pré-escola, com 1.020 e 741 escolas, respectivamente. A etapa ensino médio, por outro lado, é ofertada por apenas 340 (21,1%) escolas.

A rede estadual de ensino possui 493 escolas de educação básica. Conta com 152.074 (cento e cinquenta e dois mil e setenta e quatro) estudantes matriculados na educação básica que compõem os anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio. A principal rede responsável pela oferta do ensino fundamental no estado do Tocantins é a municipal com 716 escolas (56,2%).

Nos anos finais, a rede estadual apresentou a maior participação, com 66,4% das matrículas, sendo seguida pela rede municipal com 26,5% das matrículas. Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização, observa-se que a maioria das matrículas (86,8%) do ensino fundamental está localizada em escolas urbanas. Além disso, 97,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio com 89,4%

das matrículas, sendo seguida pela rede privada (5,8%). No ensino médio foram registradas 63.721 matrículas.

Em 2019 foram registrados os seguintes números de docentes da educação básica no Tocantins:

Tabela 1: N° de Docentes atuando na Educação Básica

Educação Infantil	4.225
Anos Iniciais	6.422
Anos Finais	7.250
Ensino Médio	4.903
Total de Docentes da Educação Básica	22.800

Fonte: Resumo Técnico do Censo da Educação Básica do Tocantins - INEP (2019)

Na educação infantil, atuam 4.255 professores. Quando observada a escolaridade, 72,7% dos docentes possuem nível superior completo, mais especificamente 69,9% são licenciados e 2,8%, possuem bacharelado. Dos profissionais que atuam nesta etapa de ensino, 18,0% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 9,3% com formação em nível médio regular ou fundamental. Desde 2015, houve um crescimento gradual no percentual de docentes com formação em nível superior completo em atuação na educação infantil, que passou de 59,8%, em 2015, para 72,7% em 2019.

No ensino fundamental, atuam 13.672 professores, sendo que 6.422 atuam nos anos iniciais e 7.250 atuam nos anos finais do ensino fundamental. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 82,7% têm nível superior completo, 79,9% com licenciatura e 2,8% bacharelado, e 10,8% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,5% com nível médio regular ou fundamental.

Segundo o indicador de adequação da formação docente para os anos iniciais do ensino fundamental, a maior distorção é observada na área de conhecimento de Linguagens com a disciplina de língua estrangeira, ou seja, nos anos iniciais do ensino fundamental, apenas 21,4% são ministradas por professores com formação superior ou licenciatura na área de formação na disciplina que leciona. O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado na área do conhecimento de Linguagens na disciplina língua portuguesa, com 70,2% das turmas atendidas.

No tocante a recursos relacionados à infraestrutura no ensino fundamental e médio, a rede estadual apresenta os seguintes percentuais:

Tabela 2: Recursos relacionados à infraestrutura no ensino fundamental e no médio da rede pública estadual de ensino.

Infraestrutura	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Biblioteca ou sala de leitura	70,5%	84,1%
Banheiros	96%	97,3%
Banheiros acessíveis a pessoas com deficiência	58,5%	62,4%
Recurso de acessibilidade para PCD	70,5%	76,6%
Laboratório de ciências	5,1%	13,6%
Pátio (coberto ou descoberto)	84,1%	90,2%
Quadra de esporte coberta e descoberta	60,6%	76,3%

Fonte: *Resumo Técnico Censo Escolar Educação Básica 2019.*

Em relação à disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual, temos os seguintes percentuais.

Tabela 3: Recursos tecnológicos disponíveis para o ensino fundamental e médio da rede estadual

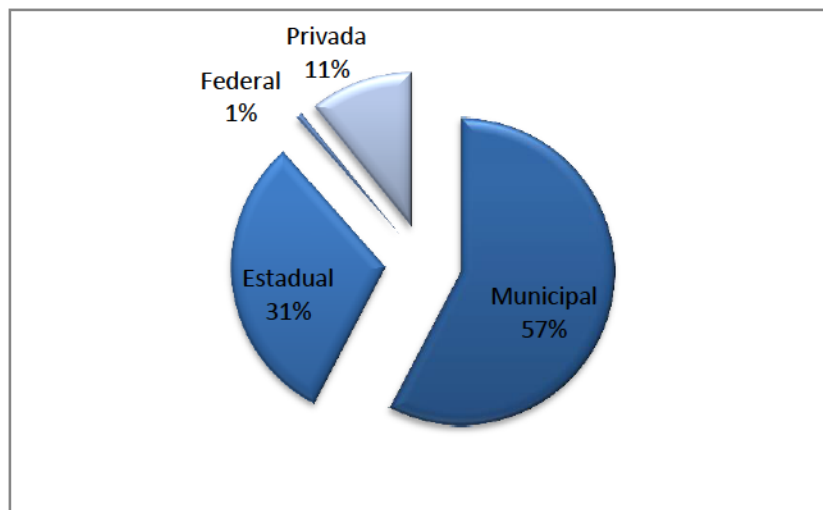
Recursos tecnológicos	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Internet	81,1%	89,8%
Lousa digital	24,4%	32,5%
Projektor de Multimídia	77,9%	83,4%
Computadores com mesas para aluno	51,8%	60,3%
Computadores portáteis	22,6%	24,7%
Internet para uso administrativo	79,5%	88,8%
Internet para ensino aprendizagem	62,9%	72,5%
Internet para uso dos estudantes	48,4%	57,3%

Fonte: *Resumo Técnico Censo Escolar Educação Básica 2019.*

A infraestrutura das escolas públicas indica que a rede teve avanço significativo, entretanto verifica-se que o percentual de escolas que possuem Laboratório de Ciências é de 5,1% no ensino fundamental e 13,6% no ensino médio. Quanto aos recursos tecnológicos o percentual de estudantes com acesso à internet em sala no ensino fundamental é 48,4% e no ensino médio é 57,3%.

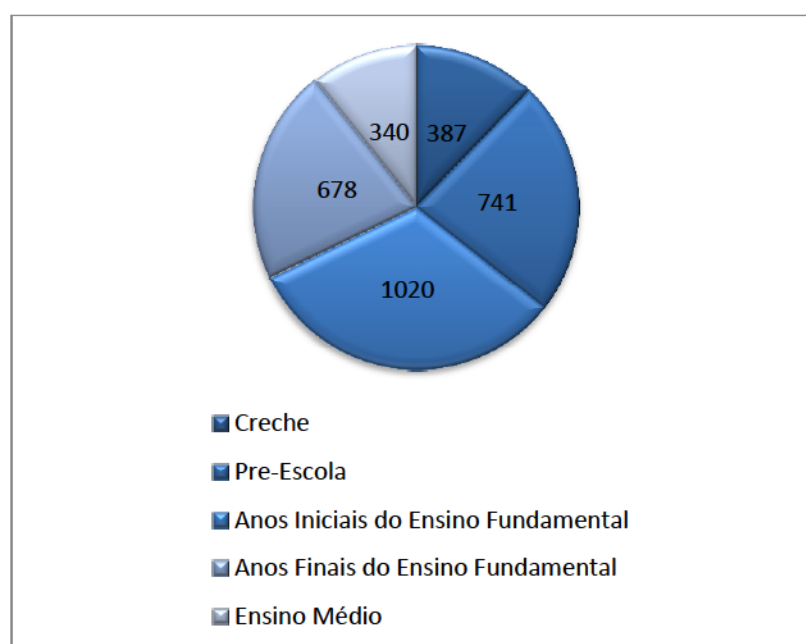
Em 2019, no território do Tocantins foram identificadas 1.608 escolas de educação básica, compreendendo o atendimento na Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio. A distribuição das redes de ensino pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Percentual de Escolas por dependência administrativa no Tocantins



Fonte: *Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica (2019)*

Gráfico 2: Número de Escolas por etapa de ensino



Fonte: *Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica (2019)*

No gráfico 2, as etapas de ensino com maior número de escolas ofertantes são anos iniciais do ensino fundamental e pré-escola, com 1.020 e 741 escolas, respectivamente. O ensino médio, por outro lado, é ofertada por apenas 340 escolas.

Finalizando, segundo dados do Censo Escolar 2019 na rede estadual de ensino no que se refere aos diretores escolares, são, em sua maioria do sexo feminino, representando 61%. Quando observada a escolaridade, o percentual de diretores que completaram o ensino

superior é de 97%. Dos diretores da rede pública de ensino no estado, 17,9% têm curso de formação continuada, com no mínimo 80 horas, em gestão escolar.

Os dados destacados visam apresentar uma compreensão mais ampla e crítica do contexto e cotidiano escolar da rede estadual, pois apresentam diversas características que possibilitam a obtenção de dados importantes e tem como objetivos detalhar o perfil das redes, número de matrícula, infraestrutura entre outros. As informações obtidas são um cenário propício para ajudar no entendimento das relações que perpassam entre as políticas públicas, o desempenho dos estudantes e a realidade escolar.

Os dados indicam que o crescimento do número de escolas encontra-se na pré-escola, anos iniciais e finais do ensino fundamental, o que implica na prestação de um serviço relevante, tanto do ponto de vista educacional quanto social, para a população.

Quanto à infraestrutura das escolas públicas, os dados indicam que a rede teve avanço significativo, entretanto, no que se refere às escolas que possuem Laboratório de Ciências, o percentual é de 5,1% no ensino fundamental e 13,6% no ensino médio. No que se refere aos recursos tecnológicos o percentual de estudantes com acesso à internet em sala no ensino fundamental é 48,4% e no ensino médio é 57,3%.

2.3 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Tocantins: indicadores, resultados e variáveis

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, difundindo e valorizando a cultura do aprendizado, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores dois resultados muito importantes do processo educacional. De acordo com o Inep, (2019), as metas do Ideb foram calculadas, tendo como referência a qualidade dos sistemas educacionais de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e estão previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO 2005-2025).

O Ideb é calculado com base na aprendizagem (proficiência) dos estudantes em língua portuguesa e matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Obedece a uma fórmula simples: o desempenho nas provas de língua portuguesa e matemática são padronizados em uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Depois, a média dessas duas notas é multiplicada pela média harmônica das taxas de aprovação dos anos e séries da etapa anos iniciais, anos finais e ensino médio, que, em percentual, varia de 0 (zero) a 100 (cem).

Entender a fórmula de cálculo é um importante fator para compreensão dos aspectos do que está sendo avaliado.

Para exemplificar o cálculo do indicador, são apresentados na tabela 3 abaixo quatro exemplos:

Tabela 3: Exemplo do cálculo do Ideb

Escola	Saeb (N)	Aprovação média (P)	IDEB (N)*(P)
A	6,0	90%	5,4
B	6,0	80%	4,8
C	4,0	80%	3,2
D	5,0	100%	5,0

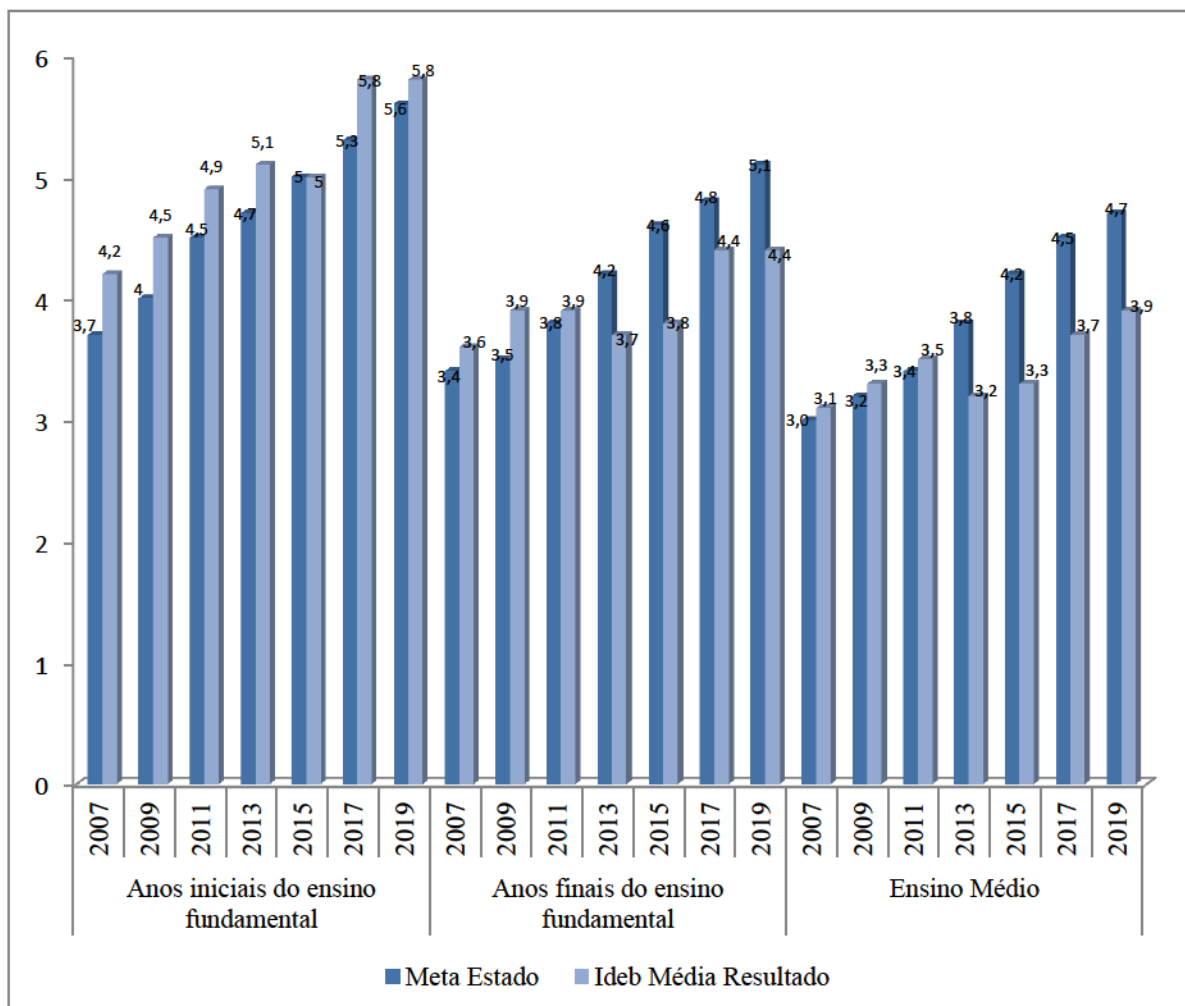
Fonte: *Resumo Técnico do Ideb 2005-2019*

Aprofundando na análise e entendimento do índice, não é difícil perceber que a existência de Ideb baixo é explicada pela combinação de resultados baixos na taxa de aprovação (poucos estudantes passam de ano) e/ou no desempenho no (Saeb) poucos estudantes alcançam as médias. Entre escolas com mesmo desempenho (escolas A e B), terá maior Ideb aquela com maior taxa média de aprovação (escola A). Entre escolas com a mesma taxa média de aprovação (escolas B e C), terá maior Ideb aquela com maior desempenho no Saeb (escola B). Quando todos os estudantes são aprovados, o Ideb é igual ao desempenho no Saeb (escola D).

Segundo o Inep, a combinação de ambos tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus estudantes para obter maiores resultados no Saeb, o fator fluxo será prejudicado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação de estudantes sem se preocupar com o aprendizado, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema, ou seja, para melhorar o Ideb, os sistemas de ensino devem melhorar simultaneamente as duas dimensões do indicador, fluxo escolar e desempenho escolar nas avaliações em larga escala.

Considerando o contexto apresentado acima, os gráficos abaixo visam apresentar uma análise longitudinal entre as etapas de ensino (ensino fundamental e médio), permitindo identificar os esforços e progressos alcançados pela rede estadual de ensino entre o período de 2005 a 2019.

Gráfico 3: Ideb da Rede Estadual de Ensino (Tocantins)

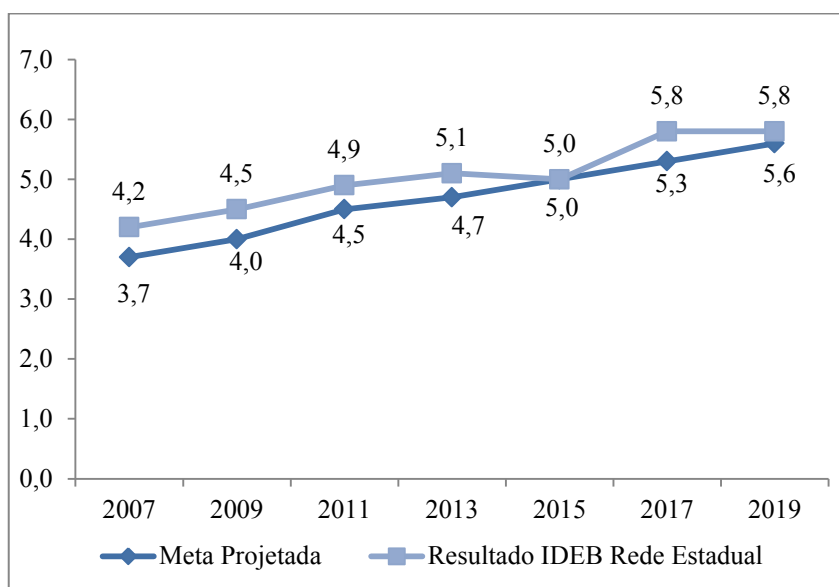


Fonte: Elaborado com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Os resultados observados na rede estadual mantêm uma trajetória de crescimento. Os anos iniciais evoluíram significativamente e atingiu a meta, sendo que, em 2019 atingiu 5,8 acima da meta que era 5,6. Esse comportamento proporcionou um aumento de 1,6 p.p entre 2005 e 2019. Nos anos finais, nos três primeiros anos a meta foi alcançada, contudo, nos anos de 2013 a 2019, apresentou um decréscimo e não foi alcançada. No Ensino Médio, o índice apresenta crescimento o período inicial, mas não atingiu a meta entre os anos 2013 a 2019.

Com base nas informações apresentadas pode se observar que a rede estadual tem um grande desafio para os anos finais do ensino fundamental e médio, de forma a garantir mais estudantes com desempenho escolar satisfatório e com um fluxo escolar adequado.

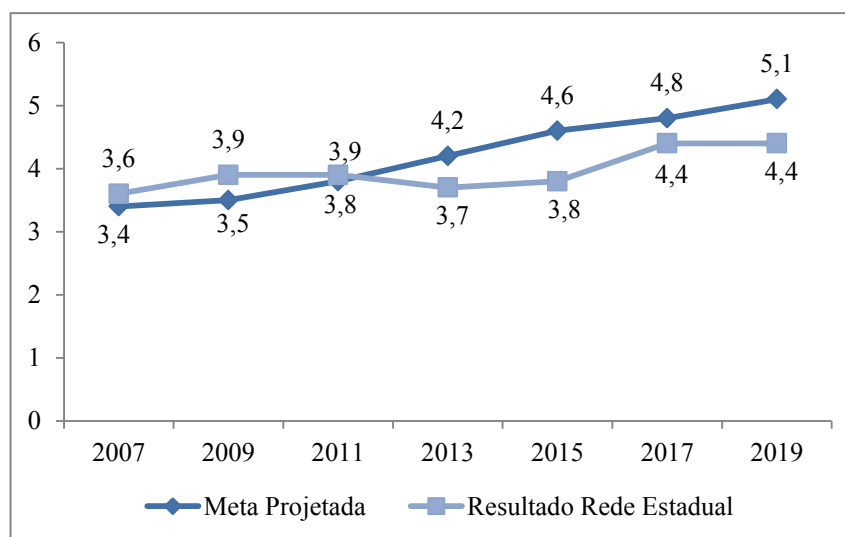
Gráfico 4: Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rede Estadual)



Fonte: Elaborado com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

O Gráfico 4 mostra que a trajetória do Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede estadual do Tocantins teve evolução crescente e o alcance da metas em todo período analisado. No período acumulado entre 2007 a 2019 houve um crescimento em 1,6 p.p.

Gráfico 5: Ideb dos Anos Finais do Ensino Fundamental (Rede Estadual)

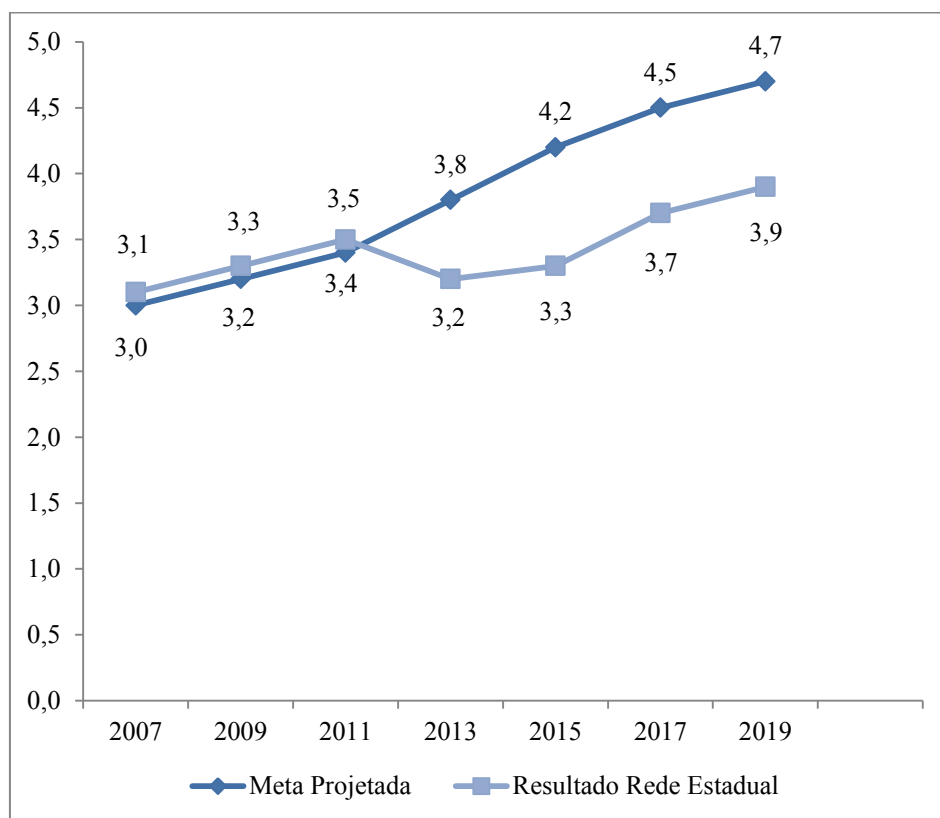


Fonte: Elaborado com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Evidencia-se que no período de 2007 a 2011, houve a superação da meta nos anos finais do ensino fundamental. Entretanto, nos anos de 2013 a 2019 o índice apresenta-se abaixo da meta estabelecida no Plano Estadual de Educação (2005-2025). No período de

2015, o índice foi 3,8 e em 2019 com 4,4, o que representa um crescimento de 0,6 p.p. Apesar do crescimento, as metas projetadas não foram alcançadas.

Gráfico 6: Ideb do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Nos anos 2007 a 2011, o ensino médio superou a meta prevista por três primeiros anos consecutivamente. Apesar de apresentar um crescimento no período, a meta estabelecida não foi alcançada. No período de 2013 a 2019, observa-se que houve uma evolução de 0,7 p.p.

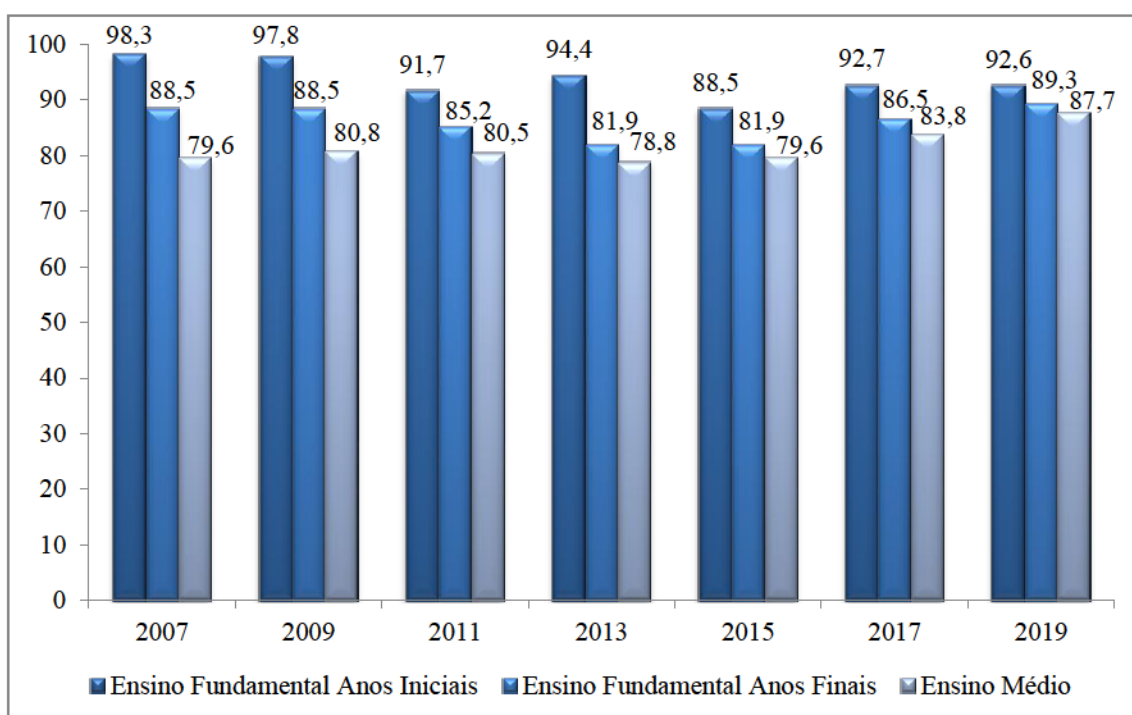
Com isso, para melhor entender as informações faz-se necessário aprofundar o estudo em duas dimensões do Ideb, que é a taxa de aprovação e proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, objetivando identificar o que pode está impactando o resultado na rede estadual.

2.4 O Fluxo Escolar e a Proficiência como variáveis de influência no Ideb

Dentre as variáveis de influência que podem impactar significativamente o Ideb, iremos estudar e destacar o fluxo escolar (taxa de aprovação) e a proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, visto que, são índices de compõem e fazem parte do cálculo do indicador.

O fluxo escolar é medido pela taxa média de aprovação em cada etapa da escolarização, sendo elas os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e as séries do Ensino Médio, coletadas pelo Censo Escolar.

Gráfico 7: Fluxo Escolar (Taxa de Aprovação 2007-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor, Indicadores Educacionais Taxa de Aprovação/INEP (2007/2019).

Ao analisar a trajetória da dimensão do Ideb referente à taxa de aprovação dos estudantes da rede estadual nos anos iniciais, finais do ensino fundamental e do ensino médio, observa-se que o percentual de reprovação ainda é alto, especialmente nos anos finais e ensino médio. Percebe-se que nos anos finais houve um decréscimo na taxa de aprovação, sendo que, 2007 estavam com 88,5 e 2015 81,9 respectivamente. No ensino médio a taxa de aprovação evoluiu no ano 2015 com 79,6 e 2019, com 87,7 o que representa um crescimento de 8,1% em relação a 2015.

Outra variável de influência significativa é a proficiência/desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala. A escala de proficiência é uma representação que distribui os resultados da aprendizagem dos estudantes em uma reta em que o desempenho é

crecente. A escala é uma régua de medida cuja distribuição de pontos e a consequente interpretação permite compreender os resultados e compará-los entre várias edições da avaliação.

De acordo com Ruben Klein (2003), os resultados apresentados têm como referência a escala de proficiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A escala de proficiência é um conjunto de números ordenados, obtidos pela Teoria de Resposta ao Item (TRI) que mede a habilidade em uma determinada área de conhecimento proficiência (habilidade). É preciso interpretar a escala de proficiência para sabermos o que os estudantes sabem e são capazes de fazer em um determinado ponto da escala. É essa interpretação que permite estabelecer relações entre a escala de proficiência e o desempenho escolar e assim, ela possibilita a identificação das habilidades que o estudante já possui, de forma que se possa cotejá-las com as que ainda precisam ou podem ser alcançadas. A partir da interpretação, podem ser inferidos os aspectos adequados e os que demandam replanejamento de políticas públicas e ações pedagógicas.

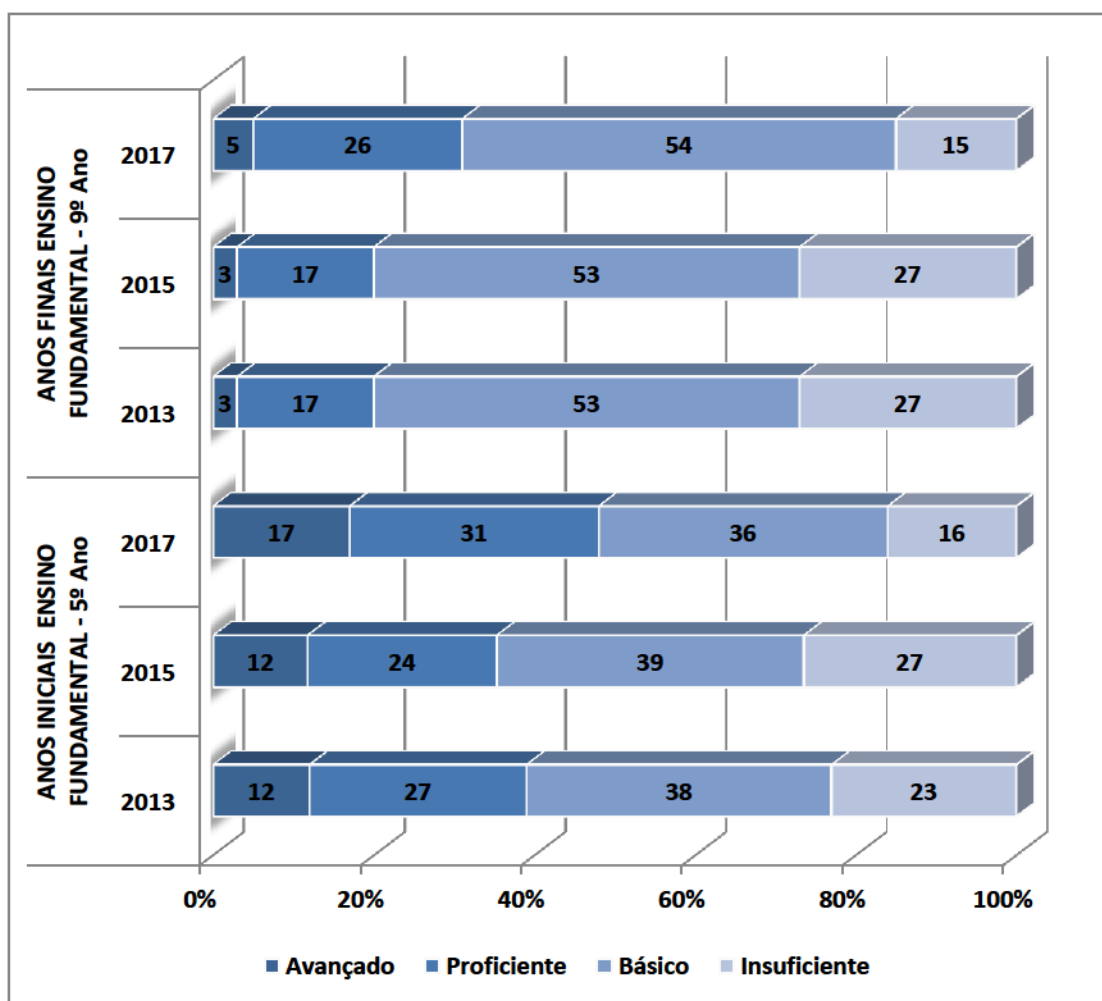
Tabela 4: Escala de Conversão

Língua Portuguesa – 5º Ano
Insuficiente: 0 a 149 pontos
Básico: 150 a 199 pontos
Proficiente: 200 a 249 pontos
Avançado: Igual ou maior que 250 pontos
Língua Portuguesa – 9º Ano
Insuficiente: 0 a 199 pontos
Básico: 200 a 274 pontos
Proficiente: 275 a 324 pontos
Avançado: Igual ou maior que 325 pontos
Matemática – 5º Ano
Insuficiente: 0 a 174 pontos
Básico: 175 a 224 pontos
Proficiente: 225 a 274 pontos
Avançado: Igual ou maior que 275 pontos
Matemática – 9º Ano
Insuficiente: 0 a 224 pontos
Básico: 225 a 299 pontos
Proficiente: 300 a 349 pontos
Avançado: Igual ou maior que 350

Fonte: Elaborado com base nos dados da Academia QEdu (2013/2017)

Para analisar os dados referentes à proficiência, é relevante considerar que essas possuem um significado pedagógico, estabelecido pelas escalas de proficiência, que são capazes de realizar em cada nível de modo a subsidiar o trabalho de gestores e educadores.

Gráfico 9: Distribuição dos Estudantes por Nível de Proficiência em Língua Portuguesa

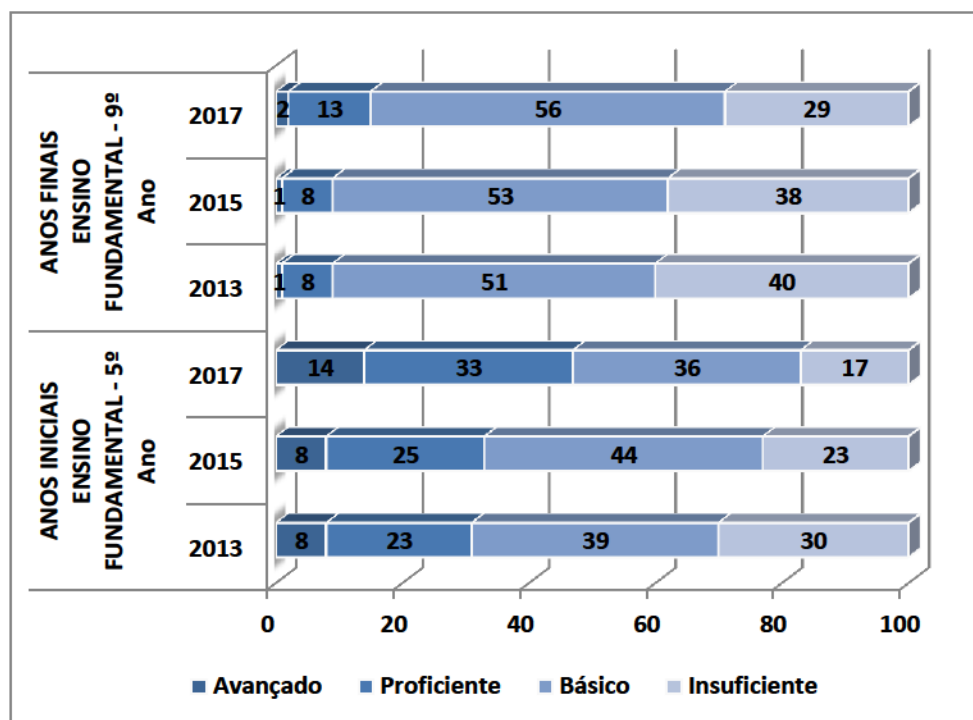


Fonte: Elaborado com base nos dados da Academia QEdu (2013/2017).

Os dados do Gráfico 9 mostram que no 5º ano do Ensino Fundamental, 61% dos estudantes estão no nível básico e insuficiente na competência de leitura e interpretação de textos. A proporção de estudantes que aprendeu adequadamente nas duas competências é 39%.

Para o 9º ano do Ensino Fundamental, observa-se que o período analisado demonstra que 69% dos estudantes estão no nível básico e insuficiente. A proporção de aluno no nível proficiente e avançado é de 31%. Ao analisar os dados percebe-se que houve uma melhora no percentual de estudantes em relação aos anos anteriores.

Gráfico 10: Distribuição dos Estudantes por Nível de Proficiência em Matemática



Fonte: Elaborado com base nos dados da Academia QEdu (2013/2017).

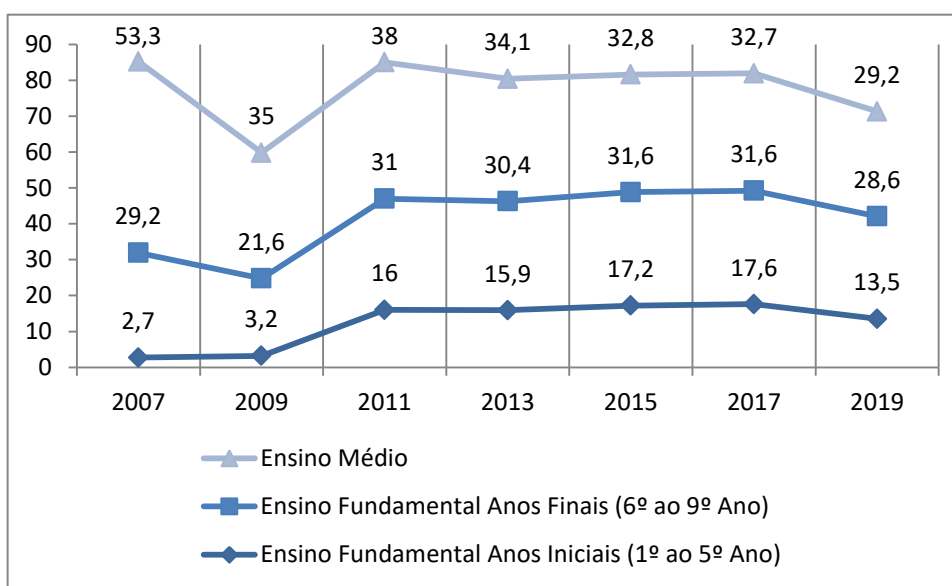
Analisando o Gráfico 10, observou-se que no 5º ano do Ensino Fundamental, há um grande número de estudantes que estão no nível básico e insuficiente na competência de leitura e interpretação de textos. Em 2017, houve redução no percentual, o que representa 53%. A proporção de estudantes que estão no nível proficiente e avançado em 2017 é de 15%. Em relação ao 9º ano, percebe-se que no período analisado a maioria dos estudantes está no nível básico e insuficiente. Em 2017, 87% dos estudantes estão no nível básico e insuficiente. Enquanto que a proporção de aluno no nível proficiente e avançado é de aproximadamente 14%.

Cabe destacar que em Matemática nos anos iniciais, o percentual de estudantes no nível insuficiente apresentou um decréscimo bem satisfatório de 13%, enquanto que nos anos finais foi de 11%.

Outra variável que merece ser observada em relação ao Ideb é a Taxa de Distorção Idade-Série. Este indicador foi criado a partir do ano de 2015, como forma de publicizar as condições de ensino das redes de ensino. Indica a proporção de estudantes que estão matriculados em séries que não seriam as adequadas, caso não houvesse problemas na progressão dos estudantes conforme sua idade. A taxa de distorção idade-série é o indicador educacional que permite acompanhar o percentual de estudantes, em cada série, que

têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados. Mostra-se positivamente e com significância estatística influente no Ideb. Indica que o atraso da idade na frequência às séries escolares consideradas pelos sistemas educacionais tem se mostrado interessante para o resultado do Ideb. Há que se considerar se as atividades pedagógicas têm sido adequadas à idade dos estudantes, o que poderia evidenciar inadequação das propostas pedagógicas aos desafios propostos para a idade.

Gráfico 11: Distorção Idade-Série da Rede Estadual do Tocantins



Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2007-2019).

3. PROGRAMAS, PROJETOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO TOCANTINS

Ao longo do estudo observou-se que muitas foram às políticas públicas adotadas pela Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins para o Ideb, entretanto, cabe destacar que o objetivo do trabalho não é mostrar todas as políticas implementadas, mas, apresentar as políticas que possam ter uma influência positiva, impulsionando o resultado do indicador na rede estadual no período analisado.

Os dados analisados permitiram observar que as políticas educacionais no Tocantins partiram de um pilar estruturante, que visa promover melhoria da qualidade da educação na rede pública estadual de ensino. Considerando os desafios identificados com o resultado do Ideb, a partir de 2010 vários projetos foram implementados, visando melhorar o desempenho educacional no estado do Tocantins.

Dentre as várias políticas, destacamos à implantação do Sistema de Avaliação da Educação - SAETO¹, que em consonância com o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, tem como objetivo realizar periodicamente avaliações da rede estadual, com o intuito de subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas com base em evidências, possibilitando identificar os pontos de melhorias e redirecionar o trabalho das escolas em todo o território do Tocantins e, sobretudo, prestar assistência pedagógica às unidades escolares das redes estadual e municipais para melhoria dos indicadores educacionais no estado do Tocantins.

Outra iniciativa é a Agenda Pedagógica, uma iniciativa que visa fomentar a análise e apropriação dos resultados e indicadores educacionais, panorama dos indicadores para as equipes Gestoras das unidades escolares, Diretorias Regionais de Educação, secretários municipais de educação e os responsáveis pedagógicos das secretarias municipais de educação.

O Conexão Saeb-TO é outra política que teve o objetivo de prestar assistência pedagógica às unidades escolares das redes estadual e municipais para melhoria dos indicadores educacionais no Estado do Tocantins. Para isso foi criado o caderno “Descritores na Prática”, possibilitando uma compreensão detalhada dos textos e situações problemas, contribuindo com o fazer pedagógico dos professores, e assim promovendo o desenvolvimento da educação no território do Tocantins.

O programa Busca Ativa Escolar que visa apoiar as escolas na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão e Programa Evasão Nota Zero, que visa fortalecer o trabalho pedagógico na Unidade escolar e reduzir a evasão nas escolas estaduais. Finalizando com a implementação do Documento Curricular Estadual para o ensino fundamental e médio, visando à adequação do currículo à Base Nacional Comum Curricular e práticas pedagógicas inovadoras.

Considerando os dados analisados e as políticas apresentadas é possível dizer que o Sistema de Avaliação da Educação – SAETO, a Agenda Pedagógica e o Conexão SAETO possam ter contribuído para o resultado do IDEB no período analisado, visto que, por meio da

¹ Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins (SAETO) é um conjunto de avaliações que permite realizar um diagnóstico da educação no estado e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados, o Saeto reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados. Permite ainda, que as escolas das redes estaduais e municipais participantes de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências.

apropriação de resultados por parte dos gestores, docentes e equipe técnico-pedagógica, passando a utilizar o resultado como ferramentas da gestão pedagógica, utilizando-os como elementos norteadores do planejamento das atividades a serem desenvolvidas no contexto do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, uma análise de dados eficiente e um trabalho pedagógico eficaz, pode contribuir para um efeito positivo no resultado dos estudantes.

Corroborando com essa linha de pensamento, Brooke e Cunha (2011, p. 27) defendem que estas as avaliações externas têm o objetivo explícito de fornecer *feedback* aos professores de sala de aula e ajudarem na busca de soluções para superar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Assim, o retorno dos resultados das avaliações externas a gestores e professores deve desencadear uma somatória de “esforços pedagógicos capazes de elevar o desempenho dos estudantes, garantindo que uma proporção cada vez maior de estudantes domine um sólido conhecimento dos conteúdos e habilidades esperados para o seu estágio escolar”. Ainda Brooke e Cunha (2011, p. 31) destacam, como medida que vise à preparação dos docentes para esse trabalho, a criação de programas estruturados de formação continuada com base nos resultados das escolas que vão além do trabalho individual dos analistas ou supervisores pedagógicos, na tentativa de atingir um número mais significativo de professores, tornando-se programas permanentes de intervenção junto a esses profissionais.

Nesse sentido, Soligo (2010, p. 7) nos afirma que para transformar a avaliação em larga escala em um projeto da escola, há que se considerar a necessidade de formação de docentes e técnicos no assunto. Cursos, estudos dirigidos, palestras com especialistas e reuniões com explicações e discussões sobre o conjunto da avaliação externa precisam ser realizados. Pois não basta informar sobre a avaliação, faz-se necessário formar opiniões e indivíduos capacitados para problematizar o processo e os resultados.

Todos esses autores defendem a necessidade da apropriação dos resultados das avaliações em larga escala pela gestão escolar e pelo corpo docente, utilizando-os como instrumentos na busca da melhoria das práticas docentes, fazendo com que essas avaliações cumpram com o papel a que se destinam: o de melhorar a qualidade da educação.

Observando os dados e resultados, nota-se que os indicadores educacionais e as avaliações externas estão se aproximando do cotidiano das escolas, causando impactos em sua gestão e em longo prazo a tendência é que esse resultado possa impactar na melhoria da qualidade da educação.

4 OS RESULTADOS DO IDEB NO TOCANTINS: NOTAS FINAIS

Considerando toda a literatura estudada, nota-se que os indicadores tem se constituído como elemento significativo, adquirindo centralidade no debate em torno da qualidade. O índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foco desta pesquisa, é um indicador estatístico que permite mapear a realidade da rede estadual de ensino, podendo ser considerado um ponto de partida para, criar e/ou ampliar as políticas públicas para melhoria da qualidade da educação.

Este trabalho concentrou esforços na análise do IDEB na rede estadual de ensino do Tocantins de 2007 a 2019, bem como, apresentar um cruzamento dos resultados evidenciados com as potenciais políticas públicas implementadas no período. O objetivo neste trabalho foi explicitar os dados e ainda apresentar as principais políticas públicas que tenham influenciado positivamente, com vista a destacar os resultados obtidos no decorrer do período.

Devido à importância e abrangência dos dados analisados constantes em gráficos, dados estatísticos e tabelas, os resultados observados na rede estadual apresenta uma tendência de crescimento para rede de ensino, sendo que, nas séries iniciais do ensino fundamental, tem superado as metas estabelecidas pelo INEP para a rede estadual, não tendo o estado deixado de atingi-las até o momento. Esse comportamento proporcionou um aumento de 1,6 p.p entre 2005 e 2019. Nos anos finais, nos três primeiros anos a meta foi alcançada, atingindo a meta proposta, entretanto, entre os anos de 2013 a 2019, a meta não foi alcançada. Já o Ensino Médio, o índice apresenta crescimento no período, mas não atingiu o índice desejado nos anos de 2013 a 2019. Verificou-se um período de estagnação para os anos finais e ensino médio de 2015 a 2019.

Os resultados apresentados não podem ser um fim em si mesmo, gestores públicos, diretores de escola, professores e toda comunidade escolar devem compreendê-lo e refletir sobre as possibilidades de transformar tais números em subsídios importantes para iniciativas de aperfeiçoamento do próprio sistema de ensino.

Não foi possível evidenciar os impactos das políticas públicas no resultado do Ideb, mas percebe-se que a Secretaria de Educação adotou políticas públicas e estratégias com intuito de contribuir para superação e enfrentamento do índice com atores comprometidos em garantir que as crianças e os adolescentes tenham uma trajetória escolar fortemente marcada pelo êxito.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar sua análise em si mesmo, visto que as implicações do IDEB na gestão educacional podem ser aprofundadas, entretanto, destacamos

que pode propiciar elementos consistentes para compreensão do complexo cenário do IDEB e, desse modo, para o estabelecimento de políticas que visem às melhorias necessárias desse cenário.

O estudo pode contribuir também como aporte para futuras pesquisas, para a sociedade tocaninense, universidades e demais instituições educacionais, que estão diretas ou indiretamente envolvidas com a pesquisa e procuram vislumbrar alternativas inovadoras para melhorar a qualidade da educação da rede estadual de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resultados e Metas. Disponível em: <http://Ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=520913>. Acesso em: 22 setembro 2020.

BRASIL. Lei nº 13005/2014. Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: Censo Escolar 2007-2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 22 setembro 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nota Técnica do IDEB. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_i. Acesso em: 09 de outubro 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2019**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6874720. Acesso em: 05 de dezembro 2020.

BRASIL. **QEdu**. https://www.qedu.org.br/Ideb?gclid=Cj0KIaPy6BBhCsARIsAOI_GjbFTP7fi6eU6IN9d1. Acesso em: 10 novembro 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico Tocantins. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

CASTRO, M. H. G. **A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296. 2009.

CHAVES, Wudson. **Estratégias de apropriação e utilização dos resultados das avaliações em larga escala: o caso de uma escola estadual do Acre**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013, p. 131. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2015/03/WUDSON-CHAVES-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro 2021.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. tradução Luciana de Oliveira da Rocha. Edição 2. Porto Alegre.

CROZATTI, Jaime. **Variáveis de influência no IDEB do ensino fundamental dos municípios**. Associação Brasileira de Custos. 2019. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4649>. Acesso em: 03 de novembro 2020.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, 2007. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

GOMES, M.H.S.; BRESCIANI, L.P. e AMORIM, W.A. **Políticas sociais, educação e desenvolvimento econômico: busca por evidências correlacionais a partir das avaliações do IDEB de três municípios paulistas**. Gestão e Regionalidade. São Caetano do Sul, 2016, Vol. 32, Nº 94.

KLEIN, R. **Utilização da Teoria de Resposta ao Item no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação: Revista da Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v. 11, n. 40, p. 283-296, jan./mar. 2003b. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/escala-de-proficiencia>. Acesso em: 23 de fevereiro 2021.

LIMA, Silvia Peixoto, RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **Políticas educacionais e equidade: revendo conceitos**. Revista Contrapontos. V. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www6.univali.br/ser/index.php/rc/article/view/936>. Acesso em: 12 dezembro 2019.

LOCCO, Leila de Almeida. **Políticas públicas de avaliação: o Enem e a escola de ensino médio**. Tese de doutorado em Educação: Currículo, PUC-SP, 2005.

LOURENÇO, R.L; NASCIMENTO, J.C.H.B; SAUERBRONN, F.F. e MACEDO, M.A.S.. Determinantes sociais e pedagógicos das notas do IDEB. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, 2016, v. 11, n. 4, p. 27-43.

MARTINEZ, A.L. e REIS, S.S.. **Impacto dos royalties do petróleo no índice de educação básica: análise do caso dos municípios capixabas**. RACE Unoesc. Joaçaba, 2016, v.15, n. 2, p. 505 – 530.

REZENDE e JANUZZI. **Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: Proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores**. Revista do Serviço Público. Brasília, 2008.

SCHUSTER, H.A. e ZONATTO, V. **Evidências da eficiência de gastos públicos na alocação dos recursos destinados ao ensino fundamental nos estados brasileiros**. Contexto Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Fortaleza, 2017: v.15.

SOLIGO, V. **A ação do professor e o significado das avaliações em larga escala na prática pedagógica**. In: WERLE, F. O. Avaliação em Larga Escala Foco na Escola. São Leopoldo: Oikos, Liber Livros, 2010.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Cultura. Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins – SAETO. Palmas, 2020. Disponível <https://educ.to.gov.br/professor/saeto/>. Acesso em: 22 de fevereiro 2021.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 128-130.

VIEIRA, M. F; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque; SOUZA, José Paulo; LIVRAMENTO, Eloise Helena; FERRAZ, Silvio Antonio. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. São Paulo, 2014, p. 01 a 20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a07v51n4.pdf>. Acesso em: 12 novembro 2020.